



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fernando Bezerra Coelho, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Collor, Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana e Ricardo Andrade participam de sessão no Plenário sobre o Fórum Mundial da Água

Senado terá participação ativa no Fórum Mundial da Água

Foi instalada subcomissão que atuará no preparativos do evento e definirá tom dos debates sobre o papel do Legislativo no combate à crise hídrica

Foi instalada ontem no Senado uma subcomissão que se dedicará ao 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá entre 18 e 23 de março, em Brasília. O grupo, que faz parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ajudará nos preparativos do evento e tam-

bém na definição dos debates a respeito do papel no Poder Legislativo no combate à falta de água. A subcomissão tem Jorge Viana como presidente e Cristovam Buarque como vice-presidente.

Também ontem, o Plenário do Senado abrigou uma sessão temática a respeito do evento. “O

fórum é uma oportunidade para a elaboração de propostas e a geração de novas ideias sobre o desafio que o futuro nos reserva na gestão dos recursos hídricos”, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Estima-se que 40 mil pessoas de todo o mundo participarão do fórum. **3**



Senador Paulo Paim (3º à esq.) preside audiência sobre mudanças em processo de rescisão de contratos de trabalho

Nova lei deixa trabalhador inseguro, aponta debate

A exclusão dos sindicatos e do Ministério do Trabalho do processo de rescisão de contratos de trabalho tem deixado os profissionais desprotegidos. Foi o que apontou audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Para os especialistas em questões trabalhistas, a participação dos sindicatos e do ministério garantia o pagamento correto dos valores rescisórios. Por isso, empregados e empregadores têm recorrido a cartórios para finalizar as relações trabalhistas. **4**

Debatedores buscam consenso sobre grades no Distrito Federal

Em audiência na Comissão Senado do Futuro, Hélio José defendeu a anulação de medida judicial contrária a grades no térreo dos blocos

residenciais do Cruzeiro Novo, no Distrito Federal. O plano urbanístico de Brasília determina a livre circulação nos pilotis dos prédios. **2**



Hélio José (C) defende anulação da medida que manda retirar grades



Ana Low fala em palestra organizada pela Comissão de Valorização da Primeira Infância

Pais devem estar atentos a dados falsos sobre autismo, diz médica

Em palestra no Senado, a neurologista Ana Low fez um alerta sobre os riscos da disseminação de informações falsas sobre transtornos

como o autismo. Ela ressaltou a importância do tratamento multidisciplinar e da orientação às famílias de crianças com esses transtornos. **2**

Frente parlamentar oficializa venda de porto no PR

O Porto de Paranaguá, no Paraná, será controlado pela estatal China Merchants Port. A aquisição foi oficializada durante evento realizado pela Frente Parlamentar de Logística

de Transporte e Armazenagem. O Porto de Paranaguá é o segundo maior do Brasil e está localizado em ponto estratégico para escoamento de produtos agrícolas para a China. **2**



Com o ministro dos Transportes, Maurício Quintella (D), o senador Wellington Fagundes (C) comanda o evento no Senado

Gerardo Magela/Agência Senado

Roque de Sá/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Jefferson Rudy/Agência Senado



O senador Hélio José (C) conduz audiência pública sobre o fechamento de prédios residenciais do Distrito Federal

Senador defende manutenção de cercas em prédios do DF

Audiência na Comissão Senado do Futuro tratou de grades em edifícios residenciais do Cruzeiro Novo. Decisão judicial obriga moradores a retirar estruturas, por contrariar plano urbanístico da capital federal

O SENADOR HÉLIO José (Pros-DF) defendeu a manutenção de grades no térreo dos prédios residenciais do Cruzeiro Novo, em Brasília. Segundo ele, o uso dos equipamentos contou com o apoio de todos os governadores do Distrito Federal.

Em audiência ontem na Comissão Senado do Futuro, Hélio José pediu um ato revogatório que permita a anulação de medida judicial contrária às grades, como forma de consolidar uma “situação fática”.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal manteve a decisão do Superior Tribunal de Justiça que determinou a remoção das grades.

O conselheiro da seção Distrito Federal da OAB Og Pereira ressaltou que o uso dos equipamentos decorre da crise

econômica e da violência.

O representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação no debate, Vicente Lima, disse que a situação fática do Cruzeiro deve ser reconhecida, desde que leve em conta o plano urbanístico de Brasília, que garante a livre circulação nos pilotis dos prédios.

— O governo não é contra as grades. O Executivo está desenvolvendo um projeto de lei para tratar de cercamento de área pública. Para tratar isso no conjunto tombado, é necessária uma conversa direta com o Iphan. Não conseguimos deliberar de forma unilateral.

O representante do Iphan no debate, Carlos Madson, ressaltou que a instalação de grades teve início em 1993, sem que o Iphan fosse ouvido na

elaboração das normas legais.

O presidente do Movimento em Defesa do Cruzeiro Novo, Salin Siddhartha, disse que os cercamentos da delegacia e do corpo dos bombeiros no Cruzeiro Novo também contrariam as normas legais.

O arquiteto Guilherme Francisconi lembrou que, quando Brasília foi pensada, ainda não existia o Cruzeiro Novo.

— A preservação da coisa como está representa o engessamento da cidade. Deveríamos ter os fundamentos de Lúcio Costa usados para planejar o futuro de Brasília.

Procurador-geral do Distrito Federal, Thiago Pereira destacou que a lei que autoriza as grades exige a anuência do Iphan, que negou a instalação. Segundo ele, pode haver acordo entre as partes e a Justiça.

Médica alerta para informações falsas sobre autismo

A divulgação de informações falsas sobre distúrbios neurocomportamentais, como o autismo, pode levar os pais a acreditar em curas milagrosas ou até mesmo deixar de vacinar os filhos. O alerta foi feito pela neurologista Ana Low em palestra no Senado ontem.

A palestra “Autismo e Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade: distúrbios neurocomportamentais que interferem no desenvolvimento da criança” foi promovida pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, do Senado.

Como exemplo de infor-

mação falsa que gera consequências graves, ela citou a divulgação de estudos que associavam as vacinas ao autismo. Um desses estudos, de 1998, apontou relação entre a vacina MMR (contra sarampo, rubéola e caxumba) e o transtorno. Muitos pais deixaram de vacinar os filhos, o que gerou epidemias. Anos depois, o artigo foi considerado fraudulento.

Outro alerta foi sobre dietas que curariam o autismo, como alimentação orgânica e sem glúten e lactose. Para ela, as recomendações em geral serviriam para qualquer criança, não apenas para as autistas.

— O desespero pela cura faz os pais buscarem uma miscelânea de coisas, que podem beneficiar qualquer criança, mas não vão curar o autismo.

A neurologista afirmou também que, tanto nos casos de autismo quanto nos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), o tratamento tem que ser variado.

— O tratamento mais importante é a equipe multidisciplinar integrada. Nenhum profissional sozinho vai resolver — explicou a médica, que ressaltou ainda a necessidade de orientação para as famílias, parte importante no processo.

Aquisição de porto por chineses é firmada no Congresso Nacional

A compra do Porto de Paranaguá, no Paraná, pela operadora de terminais China Merchants Port (CMPort) foi oficializada ontem em evento da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem. A estatal chinesa passará a operar e controlar 90% do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). A aquisição foi celebrada durante o painel sobre o desenvolvimento da infraestrutura nacional, realizado no Congresso.

O Porto de Paranaguá é o segundo maior do Brasil e está localizado em ponto estratégico para escoamento de produtos agrícolas para a China. De acordo com o senador Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da frente parlamentar, o negócio deve incentivar as exportações

brasileiras, além de atrair novos investidores.

— [A parceria] certamente fortalecerá a relação Brasil-China nas questões de infraestrutura e trará investimentos vultosos ao país — disse.

Diretor da CMPort, Bai Jingtao afirmou que o investimento é importante para toda a América Latina.

Segundo o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, o Brasil está aberto para novos investimentos.

— Os empresários do setor privado, tanto do Brasil quanto do exterior, têm dentro do Ministério dos Transportes um diálogo franco e aberto. Estamos prontos para receber e apoiar empresários da China ou de qualquer outro país que queira fazer investimentos no Brasil — declarou.



Wellington (4º à esq.) é presidente da frente que promoveu o evento

Revitalização do Rio São Francisco é pauta de encontro com Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o suplente de Eduardo Amorim (PSDB-SE), Kaká Andrade (PDT-SE). Na pauta, a revitalização do Rio

São Francisco. O prefeito de Abdon Batista (SC), Lucimar Salmória, também participou do encontro.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h Sessão não deliberativa para discursos de senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Fórum Mundial da Água mobiliza o Senado

Subcomissão foi instalada ontem para acompanhar preparativos para o evento internacional e ajustar os debates que ocorrerão sobre o papel do Congresso na questão hídrica

SENADO TERÁ PARTICIPAÇÃO ativa no 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em Brasília, de 18 a 23 de março. Ontem, no Plenário, foi realizada uma sessão de debates sobre o tema e instalada uma subcomissão para acompanhar o evento.

Por meio da subcomissão temporária, o Senado acompanhará os preparativos do fórum e ajustará o discurso para os debates sobre o papel do Legislativo na garantia do direito à água. A subcomissão funciona na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— O evento tem importância maior pela crise hídrica global. A água, em breve, será o petróleo do século 21, com todas as consequências que isso trará às relações internacionais e à segurança nacional — afirmou o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL).

O presidente da subcomissão é Jorge Viana (PT-AC). Segundo ele, o novo colegiado é uma oportunidade de levar o tema da água para o Legislativo.

Viana apresentou proposta que assegura ao brasileiro o acesso à água como direito fundamental (PEC 4/2018).

— Vivemos uma crise civilizatória — disse o senador. — O problema é que não temos precedentes que sirvam de referência para enfrentarmos os problemas de agora. Os impérios caíram, mas o que está ameaçado agora é a vida no planeta. Não temos referência.

Rio 92

Cristovam Buarque (PPS-DF) é o vice-presidente da subcomissão. O colegiado conta com Acir Gurgacz (PDT-RO), Ana Amélia (PP-RS), Armando Monteiro (PTB-PE), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Fátima Bezerra (PT-RN), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Hélio José (Pros-DF), Lasier Martins (PSD-RS), Otto Alencar (PSB-BA), Reguffe (sem partido-DF) e Roberto Muniz (PP-BA).

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, afirmou que seu ministério participa da organização do evento especialmente na mobilização do segmento político. Segundo ele, o Brasil se orgulha de ter políticas sustentáveis:

— O ponto inaugural dessa inserção foi a Rio 92, de iniciativa do presidente à época, Fernando Collor. Essa conferência contribuiu imensamente para que o Brasil fosse hoje considerado uma potência ambiental.

O governador Rodrigo Rollemberg lembrou o longo caminho percorrido por Brasília até conquistar o direito de abrigar o fórum, vencendo Copenhague.



Paulo Salles, da Adasa, Jorge Viana, presidente da Subcomissão Fórum Mundial da Água, e Ricardo Andrade, da ANA, na instalação do colegiado

Participação social será destaque nesta edição do evento, afirma organização

A oitava edição do Fórum Mundial da Água terá um caráter mais inclusivo, com ampla participação de movimentos sociais, disse ontem o diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA) e também secretário-executivo do evento internacional, Ricardo Andrade. Ele participou da sessão temática no Plenário.

Mais de 60 mil ativistas, de cerca de 2 mil organizações de todo o mundo, já participaram das reuniões preparatórias ao fórum. Em Brasília, serão mais de 40 mil pessoas de 100 países para mais de 200 sessões de debates, destacou Fernando Collor.

Presidente da subcomissão de senadores que acompanhará o fórum, Jorge Viana, que propôs a sessão temática, ressaltou que uma de suas prioridades será incluir ao máximo a participação do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) no evento oficial. O evento alternativo também será organizado em Brasília, entre 17 e 22 de março.

— Que bom que o fórum oficial está com esse enfoque mais inclusivo. Trabalharemos para que o fórum alternativo participe ativamente do evento oficial, eles são o complemento perfeito, porque essas entidades são extremamente representativas — afirmou.

Viana vê o compartilhamento dos recursos hídricos do mundo como o grande tema da geopolítica, de-

vido a seu impacto nas mudanças climáticas e nas condições de vida da população do planeta.

Ele lembrou que, por estimativas da ONU, cerca de 2 bilhões de pessoas estarão vivendo em 2025 em regiões com grave escassez de água.

— Um quadro que pode descambar para conflitos pelo controle dos recursos hídricos, na ausência de mecanismos eficazes de compartilhamento.

Viana afirmou que, no caso do Brasil, é preciso compartilhar a água entre as regiões, já que muitas sofrem com a falta do recurso.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) destacou a importância da água para o agronegócio e também sugeriu que a ANA priorize o desenvolvimento de tecnologias de dessalinização.

O diretor da ANA, Ricardo Andrade, lembrou que especialmente o Ceará e o Rio Grande do Norte têm avançado em políticas direcionadas à dessalinização da água do mar.

Já o diretor da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal (Adasa), Paulo Salles, ressaltou a importância econômica da água.

— É preciso entranhar na sociedade a consciência de que a água não é uma temática só ambiental. Um relatório da ONU deixa claro que três quartos dos postos de trabalho no mundo dependem de que haja acesso normalizado à água para que possam ser viabilizados.



Eunício: "Olhos e ouvidos de líderes mundiais devem se voltar para Brasília durante evento"

Eunício ressalta oportunidade para apresentar propostas e debater ideias

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pediu que os olhos e ouvidos dos principais líderes mundiais se voltem para Brasília durante a 8ª edição do Fórum Mundial da Água. O senador abriu ontem a sessão temática no Plenário.

— O fórum é oportunidade para a elaboração de propostas e a geração de novas ideias sobre o desafio que o futuro nos reserva na gestão dos recursos hídricos — afirmou.

Eunício lembrou que, desde 1997, a cada três anos, os maiores especialistas em recursos hídricos se reúnem para elaborar propostas e compromissos sobre a gestão da água. E, pela primeira vez, o encontro será realizado na América do Sul, graças, segundo ele, ao esforço conjunto dos setores público e privado, da academia e de um grupo de parlamentares.

Segundo o presidente do Senado, a gestão hídrica é um tema multidisciplinar que necessita de contribuições vindas de variadas fontes: cientistas, ambientalistas, políticos, líderes comunitários e agricultores.

— São três os aspectos que mais importam em se tratando de recursos hídricos. Em primeiro, a garantia de sua renovação para futuras gerações. Em segundo, o uso responsável, com inteligência e sem desperdício. Em terceiro lugar, o caráter democrático, com a garantia de que todos tenham acesso à água: casas, escolas, locais de trabalho, países ricos e pobres, na cidade ou no campo.



"Água será o petróleo do século 21", diz o senador Collor, presidente da CRE, entre o ministro Aloysio Nunes (E) e o governador Rollemberg

Participantes de debate afirmaram que a rescisão de contrato de trabalho sem revisão por sindicato fragiliza o empregado e também não dá garantias para o empregador

Reforma precarizou contratos, aponta debate

A REFORMA TRABALHISTA, em vigor desde novembro do ano passado, acabou com a necessidade de revisão das rescisões de contratos dos trabalhadores pelo sindicato da categoria ou pelo Ministério do Trabalho. Com isso, empregados e empregadores têm recorrido a cartórios para finalizar as relações trabalhistas. Audiência pública promovida pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, ontem, apontou que a medida deixa os profissionais desprotegidos.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano da Costa, após a reforma (Lei 13.467/2017), cartórios já têm oferecido o serviço por meio de uma escritura pública que pode ser emitida, inclusive, eletronicamente, sem a necessidade de comparecimento ao local físico. Ele observou que a participação dos sindicatos e do Ministério do Trabalho garantia o pagamento correto dos valores rescisórios.

— Estão fazendo por meio eletrônico, o que aumenta a possibilidade de sonegação de direitos trabalhistas. A reforma trouxe uma série de instrumentos para retirada de direitos trabalhistas. É preciso revê-los — apontou.

Para o vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), a extinção da necessidade de comparecimento ao sindicato ou à superintendência do ministério para homologar uma rescisão contratual abre espaço para fraudes.



Juíza Noemia Porto, Ângelo Fabiano, Paulo Paim, Rogério Silva, Hugo Melo Filho e Itamar Kunert na subcomissão

— Daqui a pouco o trabalhador vai receber a rescisão pelo correio — lamentou o senador.

Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, Itamar Kunert ressaltou que a homologação garante segurança jurídica para trabalhadores e empresários, pois demonstra que o empregador pagou o que deveria e o trabalhador recebeu aquilo que tinha direito.

— A homologação é a coisa mais importante não apenas para o trabalhador, mas para o empresário. É uma garantia de que houve quitação do contrato de trabalho — assinalou.

Demissão

A reforma trabalhista criou a possibilidade de funcionário e patrão negociarem uma demissão de comum acordo. O trabalhador que optar por essa nova forma de demissão

perde o direito ao seguro-desemprego e ganha somente a metade do valor correspondente ao aviso prévio e da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essa nova ferramenta pode ser utilizada para coagir o trabalhador ao consenso, segundo participantes da audiência.

Na avaliação de Rogério Silva, membro do Comando Nacional de Mobilização do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), a demissão sem justa causa — aquela que não pode ser justificada por falta grave do trabalhador ou por motivos econômicos relevantes — precisa ser revista.

— A dispensa imotivada é hoje um poder que o empregador tem sobre o empregado, algo que já não é permitido em vários países. Essa dispensa

não poderia ser por puro arbítrio do empregador — criticou.

O presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, também defendeu a regulamentação do artigo da Constituição que estabelece regras para proteção do empregado contra dispensas arbitrárias.

Contratos precários

A reunião também tratou da regulamentação de novas modalidades de contratos de trabalho, como intermitente e temporário. Para a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, esses contratos precários enfraquecem os sindicatos e reduzem o poder de negociação dos trabalhadores.

— Está em curso um processo de desprofissionaliza-

ção dos trabalhadores e um processo de dessindicalização que atinge a identidade coletiva dos trabalhadores, que é fundamental pela luta de melhor qualidade de vida e de trabalho. Eu deixo de ser o engenheiro ou a cozinheira e passo a ser o PJ, o autônomo, o trabalhador intermitente.

Mercado de trabalho

Apontada pelo governo como saída para gerar emprego no país, a reforma trabalhista não conseguiu abrir nenhum novo posto de trabalho, de acordo com a pesquisadora Marilane Oliveira Teixeira, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp).

A reforma também não conseguirá assimilar as 4,5 milhões de pessoas em idade economicamente ativa que entraram no mercado de trabalho desde 2015, conforme a pesquisadora.

— No mesmo período foram retiradas 726 mil pessoas do mercado. É como se ninguém tivesse sido incorporado. Além disso, mais de 700 mil saíram. É uma catástrofe — disse.

Ainda de acordo com dados apresentados pela pesquisadora, o trabalho informal, que vinha registrando queda até 2013, disparou nos últimos anos e tende a aumentar com a reforma:

— Hoje, somando o trabalho não registrado e o por conta própria, são 36 milhões de homens e mulheres contra 34 milhões com carteira de trabalho — registrou.

Viana defende ação coordenada das forças de segurança pública

O senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu, em pronunciamento no Plenário, uma ação coordenada das forças de segurança pública, como forma de combater a violência em todos os estados.

Viana disse que o governo federal agiu de forma precipitada ao decretar a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.

Ele destacou que a violência atinge todos os estados do país, a exemplo do Acre e do Ceará.

Jorge Viana disse que os dirigentes de facções criminosas usam celas dos presídios de segurança máxima como escritórios.

O senador citou ainda a *Carta do Acre*, assinada por governadores e ministros, em outubro de 2017, em defesa de ações contra a violência.

Eduardo Lopes pede estratégia para combate ao crime

Eduardo Lopes (PRB-RJ) pediu prioridade para a segurança pública. Ele sugeriu uma reflexão sobre as licitações de equipamentos e serviços relacionados à segurança, para dar mais agilidade em compras e contratos para as polícias.

O senador também pediu mais recursos para o setor, inclusive para os municípios, e ações estratégicas para o combate ao crime.

Lopes voltou a defender a intervenção federal no Rio de Janeiro. Ele foi o relator do decreto que trata do assunto, aprovado terça-feira.

— O Rio de Janeiro merece dias melhores e vamos trabalhar para isso. Nós não podemos perder essa guerra — declarou.

Armando: medidas no RJ precisam de planejamento

Armando Monteiro (PTB-PE) justificou o seu voto favorável à intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro devido à situação “insustentável” que o estado enfrenta. Segundo o senador, o direito de ir e vir no estado está comprometido.

— Foram registrados 450 tiroteios em 50 dias. Em vários locais do Rio de Janeiro o povo está à mercê do tráfico de drogas e das milícias.

O senador destacou que as Forças Armadas já auxiliaram no policiamento em grandes eventos como a Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Rio+20 e Eco 92. Na sua opinião, para a operação funcionar, será necessário um metódico processo de planejamento e boa gestão.

Rose propõe unificar PMs e corpos de bombeiros estaduais

Rose de Freitas (PMDB-ES) qualificou de medida paliativa, embora necessária, a intervenção federal no Rio de Janeiro. Ela afirmou que, de fato, nunca houve no país uma política de segurança pública.

A senadora destacou como contribuição para solucionar o problema a proposta de emenda à Constituição que apresentou e cuja tramitação está sustada durante a intervenção no Rio. A ideia é unificar as PMs dos estados, criando uma Polícia Militar da União e um Corpo de Bombeiros da União.

— Será uma otimização das ações policiais no país, eliminando redundâncias e conflitos causados pela existência de 27 estruturas heterogêneas.

Randolfe cobra assistência a famílias após acidente no AP

A empresa britânica Anglo American age com descaso com as famílias dos mortos em acidente em 2013, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O acidente, em Santana (AP), destruiu a estrutura do porto da empresa.

— Corpos de dois dos seis mortos não foram recuperados, constam como desaparecidos. O grave são essas seis famílias hoje estarem recebendo uma pensão de R\$ 230 do INSS, sem a multinacional, uma das maiores do planeta, ter assumido responsabilidade.

De acordo com o senador, as causas do acidente ainda são investigadas, mas laudo da seguradora já apontou que houve agravamento do risco sem o devido aviso.



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado